MUNICÍPIO DA PÓVOA DE LANHOSO**Aviso n.º 9327/2017****Discussão Pública**Aditamento n.º 10 ao alvará de loteamento n.º 4/1979
Rua do Bobeiro — Taíde — Póvoa de Lanhoso

A Câmara Municipal de Póvoa de Lanhoso, torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e ulteriores alterações, que se encontra aberto um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias, tendo por objetivo a aprovação de uma alteração ao alvará de loteamento, designadamente, o lote n.º 6, sito na Rua do Bobeiro, freguesia de Taíde, concelho de Póvoa de Lanhoso, em que é requerente Eduarda Manuela Fernandes Oliveira, contribuinte n.º 230751490, residente na Rua S. Miguel, n.º 238, freguesia de Taíde, concelho de Póvoa de Lanhoso.

Durante o referido prazo, contado a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*, poderão os interessados apresentar por escrito as suas reclamações, observações ou sugestões e pedidos de esclarecimento relativamente à pretendida operação urbanística, as quais serão posteriormente objeto de resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com instrumentos de gestão territorial eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projetos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- A eventual lesão de direitos subjetivos;

Mais se torna público o processo respeitante à operação de loteamento, acompanhado de informação técnica elaborada pela respetiva Divisão Municipal, se encontra disponível para consulta, da Divisão de Gestão Urbanística, sita na Avenida da República no Edifício dos Paços do Concelho da Póvoa de Lanhoso.

18 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *Manuel José Torcato Soares Baptista*.

310649998

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA**Aviso n.º 9328/2017****Requerente: Município de Santa Maria da Feira**Processo n.º 134/2017/URB — Record Carismático L.^{da}

Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira:

Nos termos e para efeitos do preceituado no n.º 3 do art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, conjugado com o art. 13.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação, publicado no *Diário da República* n.º 203, 2.ª série, de 16/10/2015, torna-se público que se encontra pendente nesta Câmara Municipal o pedido de licenciamento para alteração ao lote n.º 12, do alvará de loteamento n.º 01/1989, emitido em 15/05/1989, o qual consiste na anulação do lote n.º 11, sendo a área deste lote integrada no lote n.º 12.

Os lotes a alterar e a anular, estão descritos na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel, de Santa Maria da Feira sob os n.ºs 545/19890523 e 544/19890523, inscritos na matriz urbana sob os artigos 2632 e 2631, da freguesia de São João de Ver, deste concelho.

A consulta pública, decorrerá pelo período de 10 dias úteis, contados do último dos avisos publicados no *Diário da República*, no jornal nacional e no Portal do Município em www.cm-feira.pt. Durante o período da consulta pública, o(s) interessado(s) podem consultar todo o processo na Câmara Municipal, sita no Largo da República, em Santa Maria da Feira, durante o horário normal de expediente e, no caso de oposição, apresentar, por escrito, exposição devidamente fundamentada, através de requerimento dirigido ao Presidente da Câmara.

19 de julho de 2017. — O Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, *José Manuel Silva Oliveira*.

310663312

MUNICÍPIO DE SEVER DO VOUGA**Aviso n.º 9329/2017****Cessação da relação jurídica de emprego público**

Nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho torna-se público a cessação da relação jurídica de emprego público com os trabalhadores abaixo indicados, com desocupação dos postos de trabalho do Mapa de Pessoal deste Município.

Por motivos de aposentação:

Com efeitos a partir do dia 1 de fevereiro de 2015 — Alfredo Correia da Silva, Assistente Operacional, posicionado entre a 01 e 02 da posição remuneratória e nível remuneratório entre o 8 e 9, com o vencimento de 854,78€;

Com efeitos a partir do dia 1 de abril de 2015 — Armando Martins Henriques, Assistente Operacional posicionada na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 2, com o vencimento de 532,08€;

Com efeitos a partir do dia 31 de junho de 2015 — Guilherme de Jesus Aparício, Assistente Operacional posicionado entre a posição remuneratória 05 e 06 e nível remuneratório entre 5 e 6, com o vencimento de 700,30€;

Com efeitos a partir do dia 1 de dezembro de 2015 — João Carlos da Silva Pais, Assistente Operacional posicionada na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 2, com o vencimento de 532,08€.

Com efeitos a partir do dia 1 de junho de 2016 — António Martins Cardoso, Assistente Operacional posicionada na 2.ª posição remuneratória e nível remuneratório 2, com o vencimento de 518,36€.

Por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas:

Com efeitos a partir do dia 21 de fevereiro de 2015 — Maria Margarida Bastos Tavares, Assistente Técnica posicionada na 01 posição remuneratória e nível remuneratório 5, com o vencimento de 683,13€.

25 de julho de 2017. — O Presidente da Câmara, *António Coutinho*.
310666618

MUNICÍPIO DE SILVES**Aviso (extrato) n.º 9330/2017****Alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Silves**

Torna-se público, nos termos do artigo 191.º, n.º 4, alínea *f*), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e do artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Assembleia Municipal de Silves, de acordo com o estabelecido no artigo 90.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e no artigo 25.º, n.º 1, alíneas *h*) e *r*), do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovou no dia 30 de junho de 2017, sob proposta da Câmara Municipal de Silves, aprovada em reunião de 14 de junho de 2017, a alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Silves (PDM de Silves), elaborada no âmbito do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho), em conjugação com disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, nos termos seguintes:

Alteração ao Regulamento do Plano Diretor Municipal de Silves

Artigo 1.º

Objeto

Pelo presente se altera o Regulamento do Plano Diretor Municipal de Silves (PDM de Silves), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 161/95, de 4 de dezembro de 1995, publicada no *Diário da República* 1.ª série B, n.º 279, de 4 de dezembro, alterado pela deliberação (extracto) n.º 887/2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 60, de 26 de março de 2008, que foi objeto da Rectificação n.º 1684/2008, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 22 de julho de 2008 e alterado pelo Aviso n.º 26109/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 30 de outubro de 2008.